



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, DE 2017

Altera a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências, para tornar obrigatória a oferta de serviço de intérpretes de Libras em instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde.

**AUTORIA:** Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO)

**DESPACHO:** Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)



**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete da Senadora Kátia Abreu**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017**

Altera a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que *dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências*, para tornar obrigatória a oferta de serviço de intérpretes de Libras em instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 3º da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 3º** As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde garantirão atendimento e tratamento adequado às pessoas com deficiência auditiva, inclusive mediante oferta de serviços de intérpretes de Libras, de acordo com as normas legais em vigor. (NR)”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

O uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é fundamental para que pessoas com deficiência auditiva ou da fala, ou ambas, possam se comunicar eficazmente, inclusive ao buscar serviços públicos de saúde. É bastante evidente que uma barreira de comunicação resultante da falta de intérprete de Libras em instituições públicas ou em empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde pode colocar em risco a vida e o





**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete da Senadora Kátia Abreu**

bem-estar dos usuários que dependam dessa forma de comunicação, representando isso, portanto, uma forma de exclusão à qual não podemos nos acomodar.

A Lei nº 10.436, de 2002, conhecida como Lei de Libras, foi muito importante para disseminar o conhecimento a respeito dessa forma de comunicação, estimular o seu aprendizado e garantir o seu uso. Porém, a falta de previsão expressa, na lei, de que os serviços de saúde devem oferecer intérpretes de Libras dá margem à negligência. Apenas o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que a regulamenta, prevê essa obrigatoriedade, mas entendemos que, por tratar de direitos e deveres, esse conteúdo deve ser veiculado em lei ordinária. É imperativo que preenchamos essa lacuna, garantindo simultaneamente a comunicabilidade e o atendimento das pessoas que dependem da Libras, promovendo sua inclusão.

A obrigatoriedade da oferta de Libras não fere, necessariamente, normas fiscais, pois o serviço de interpretação pode ser providenciado de modo não oneroso, mediante parcerias e convênios, inclusive permutas. Ademais, a regulamentação da matéria, como foi mencionado, já prevê a obrigatoriedade da oferta de atendimento por intérprete de Libras, de modo que os orçamentos vigentes já devem – ou ao menos deveriam –, contemplar tal despesa. Dessa forma, a *vacatio legis* estipulada em cento e oitenta dias é mais do que suficiente para que se adote medida tão importante e singela.

Por essas razões, solicito o apoio dos ilustres Pares à proposição que apresento.

Sala das Sessões,

Senadora KÁTIA ABREU



SF/17815.97383-90

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005 - DEC-5626-2005-12-22 - 5626/05  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2005;5626>
- Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002 - Lei da Língua Brasileira de Sinais; Lei de Libras (Língua Brasileira de Sinais) - 10436/02  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002;10436>
  - artigo 3º